

Mídia, desinformação política e o desafio da soberania informacional

[Media, political disinformation, and the challenge of informational sovereignty]

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2022, 12(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2022.12.658

Entrevista com Afonso de Albuquerque
Interview with Afonso de Albuquerque

Marcela Barba

Universidade Federal Fluminense (UFF)

[Federal Fluminense University]

Fernando Egert

Universidade Federal Fluminense (UFF)

[Federal Fluminense University]

Mídia, desinformação política e o desafio da soberania informacional

Marcela BARBA
Fernando EGERT

Entrevista com Afonso de Albuquerque

Afonso de Albuquerque é professor titular do Departamento de Estudos Culturais e de Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). É coordenador do Laboratório de Mídia e Democracia (LAMIDE). Pesquisador do CNPq desde 1998, atua principalmente nas áreas de comunicação política, jornalismo, propaganda política, poder e televisão. Faz parte do corpo editorial das revistas *World of Media - Journal of Russian Media*, *Journalism Studies*, *International of Communication*, *Journal of Communication*, *Online Media and Global Communication*, *Communication Culture & Critique* e *Comunicação e Mídia e Consumo*. Recentemente, conquistou o programa Cientista do Nosso Estado, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberania Informacional (INCT/DSI), coordenado por ele, contemplado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recentemente. Ao longo de uma entrevista de quase duas horas, em formato on-line, conversamos sobre a desinformação presente na mídia, especialmente no que tange à política, bem como sobre os desafios e benefícios do INCT/DSI para o futuro da soberania informacional no Brasil, a partir de uma rede que inclui pesquisadores de quase todas as regiões brasileiras e de diversos países.

Iniciamos esta entrevista com o assunto desinformação, usualmente observado pelo viés de propagação por meio de pessoas/políticos, até gabinetes de ódio, porém aqui focamos em sua face institucionalizada, a exemplo da atuação de instituições midiáticas tradicionais. Questionamos: quais riscos, no cenário atual, temos nestes casos de desinformação institucionalizada, aquelas que são mais difíceis de identificar, uma vez que são lançadas por instituições de mídias tradicionais?

Recentemente foi lançado o livro “Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática” (OLIVEIRA; GONÇALVES; LIMA, 2022), no qual há um artigo que escrevi com Rodrigo Quinan e Melina Meimaridis sobre a desinformação no canal *History Channel*. Um canal de história, mas que mistura aquilo que seria propriamente histórico com mitologias fantásticas, como alienígenas do passado. E o que isso quer dizer? Normalmente procuramos a desinformação nos mesmos lugares. O discurso sobre a desinformação é um discurso sobre como determinados agentes, geralmente leigos, afastados das instituições tradicionais, atuam no sentido de desacreditar o trabalho das instituições. A premissa do discurso da desinformação é de que as instituições são veículos de informação. E, ao olharmos com mais cuidado, entendemos que a desinformação é um objeto que vai além do conjunto de sujeitos que se costuma atribuir a desinformação. Logo, ao falar de desinformação, temos que, por um lado, prestar atenção no risco que a desinformação em si, como fenômeno, apresenta. No entanto, por outro lado, temos que abrir os olhos para entender que o escopo da desinformação vai muito além daquele que as pessoas costumam identificar. E, ainda mais importante, para além da desinformação, existe outro risco que é o de usá-la como recurso para desacreditar adversários. A questão da desinformação é séria por um lado, enquanto problema, mas a seriedade do problema vai além do que o discurso-padrão sobre a desinformação permite compreender.

Em 2022, você lançou o livro “A Modernização Autoritária do Jornalismo no Brasil”.

Pensando nesta obra, é possível associar a desinformação institucionalizada, no caso da mídia, à modernização autoritária do jornalismo?

A questão da modernização autoritária do jornalismo tem a ver com algo que vai além disso, relaciona-se a uma certa identidade brasileira pós-colonial. Quando se fala de um Estado pós-colonial, um dos marcos mais claros é o fato de que a identidade brasileira é definida a partir do seu “descobrimento”. Então, esse “descobrimento”, a chegada do europeu, define a nossa identidade, quando o país já era ocupado por sociedades que são, dessa forma, simbolicamente aniquiladas. De certo modo, desconhecemos uma história para dar conta da outra, o que ocorre frequentemente na nossa tradição.

Eu diria que o marco equivalente do descobrimento na história do jornalismo brasileiro é a reforma do Diário Carioca, em 1950. Antes desse ano não havia jornalistas, o que possivelmente define o primeiro caráter autoritário dessa construção identitária, o que precede aquilo que existe hoje não importa. Estudantes de jornalismo, provavelmente, não têm nenhuma pista do que existia antes desse período.

Porém, este é um marco de certa forma abstrato e tão arbitrário quanto 1500, porque o processo de modernização, quando se fala em modernização autoritária, remete à ideia de que existe algo que é postulado como desordem, aquilo que existia até 1950. Há uma necessidade de ultrapassar essa desordem e, para ultrapassá-la, todo e qualquer método é válido. Portanto, é preciso um gesto de força para que essa desordem seja superada.

O interessante é que, embora historicamente possamos identificar, por exemplo, no Diário Carioca, a importância do *copydesk* – sendo esta uma palavra da língua inglesa, herdada dos Estados Unidos, mas com um sentido completamente diferente – lá o copidesque era o espaço da ausência da criatividade do jornalismo, era o revisor, um espaço chato, enquanto o espaço nobre seria o lugar do repórter, sendo ele a grande figura. No entanto, no jornalismo brasileiro o copidesque foi um espaço privilegiado pelo Diário Carioca. Por quê? Porque era o espaço de imposição de uma certa ordem, e essa lógica se perpetuou na sequência de outras maneiras. Outras instituições vieram a desempenhar esse papel, mas em todos os casos nós temos uma certa ideia de que a autonomia do indivíduo é perigosa, a autonomia do jornalista que é o *ethos* do jornalismo estadunidense, a ideia de um repórter que vai à rua e descobre coisas e revela para a sociedade. A reportagem, eu diria, é o traço fundamental do jornalismo dos Estados Unidos, que supostamente nós copiamos.

O jornalismo brasileiro, no entanto, é um jornalismo de texto, é literário. Aliás, quando se fala da reforma, fala-se da ideia de que o jornalismo brasileiro superou o jornalismo literário e se transformou em outra coisa. Na verdade, ele consolidou a ideia de que o jornalismo é essencialmente literário, não literatura enquanto estilo, mas é a literatura com apenas um estilo, o lide¹ da pirâmide invertida. É a única literatura possível dentro do campo do jornalismo, que, novamente, aponta para uma concepção profundamente autoritária. Essa lógica não é tipicamente brasileira, é típica das sociedades pós-coloniais, elas identificam e se definem enquanto espaços de ausência da ordem, porque supostamente a ordem está nas colônias ou nas sociedades que, de alguma forma, assumem o papel funcional de colônias naquela lógica. *Ao refletir sobre esta imposição da ordem a qualquer custo, penso na desinformação institucionalizada como ferramenta a serviço da manutenção de uma suposta ordem. E*

¹ No jornalismo, o lide, ou *lead*, é a parte inicial de uma notícia, considerado elemento fundamental para a escrita do texto jornalístico. De maneira geral, o lide jornalístico deve responder seis perguntas na notícia: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

não como algo recente, pós 2016, em que a pós-verdade foi eleita a palavra do ano (OXFORD, 2016), mas apresentando uma raiz muito mais histórica².

Desinformação em oposição à informação é caos em oposição à ordem. De certa forma, o caos é onipresente, então desinformação é algo que está aí desde sempre. A informação, ou o compromisso com a informação, é mais a exceção histórica do que o uso da desinformação, porque o uso da desinformação está associado a interesses, poder etc. Assim, penso que nós criamos uma mitologia da informação, criamos a mitologia de que existem instituições que são comprometidas. Claro que sempre existiu informação, há pessoas sérias com objetivo de trazer dados críveis para outras, mas o meu ponto é que a desinformação certamente não é algo novo. Informação e desinformação existem o tempo todo. Atribuímos um compromisso com a informação, mas levamos muito a ferro e fogo certas instituições que sempre foram de alguma forma ambíguas. Acredito que um caso desses é a imprensa. Quem viveu o regime militar estava acostumado com a ideia de que a imprensa sistematicamente encobria, era obrigada a encobrir ou apresentava versões que eram efetivamente fictícias. E fazia isso, em parte, porque era obrigada, e o regime militar brasileiro foi um regime particularmente terrorista nesse sentido. Quando se olha, por exemplo, para um regime comunista, você basicamente sabe o que pode ou não pode fazer. A estratégia do regime militar era a estratégia do terror, você descobria que cometeu algum erro, do ponto de vista do interesse do regime, sempre *a posteriori*, não havia nenhuma regra do que fazer. Naquele momento, existia esse lado que a imprensa sofria pressão. Mas, por outro lado, do ponto de vista dos dirigentes, ser dono de jornal não foi ruim durante o regime militar. Muito pelo contrário, empresas como a Folha de S. Paulo, que era um jornal de segunda linha, cresceram justamente porque foram cúmplices do regime militar. Ou seja, a desinformação como questão vai muito além.

Quando se coloca hoje em dia a questão da desinformação, eu vejo uma espécie de pânico moral que tem a ver com o fato de que agora pessoas comuns têm a capacidade de falar com o grande público. É só olhar, na Copa do Mundo, Cazé³ se transforma no grande concorrente da Rede Globo, um sujeito com um canal no YouTube. Nós estamos mudando e as instituições reivindicam pra si mesmas um certo lugar de autoridade. Nesse sentido, eu diria, não é muito diferente se olharmos a igreja católica lidando com protestantes na reforma. Do ponto de vista da igreja católica, qualquer leitura autônoma sobre a bíblia

² N.E.: Destaque indicado pelos autores.

³ Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira, conhecido como Casimiro ou Cazé, é jornalista, apresentador, comentarista esportivo, influenciador digital, *youtuber e streamer*. Apontado como um dos maiores *streamers* brasileiros, transmitiu a Copa do Mundo de 2022 em seu canal do YouTube, CazéTV, conquistando recordes de audiência. <https://www.youtube.com/@CazeTV>

era um enorme perigo, porque não é uma leitura referendária. Ao falar em informação ou desinformação, fala-se mais sobre o poder de reivindicar o estatuto de informação do que propriamente a natureza daquilo que está circulando com a mensagem.

Pensando na lógica de imposição da ordem, recordamos que, em seu livro, você apresenta como a imprensa atuou como Poder Moderador, da redemocratização a Fernando Henrique Cardoso (FHC), enquanto no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), atuou como Poder Desestabilizador. Após tantos ataques sofridos pela mídia tradicional ao longo de quatro anos de gestão Bolsonaro (FENAJ-OBJETHOS, 2022), você acredita que a mídia tende a repetir a postura desestabilizadora com a nova gestão Lula?

Quando se fala em poder moderador, nesse caso, é uma tradição política brasileira inaugurada no Império. Supondo, basicamente, que você tem um regime de três poderes, mas esse regime é em si mesmo desestabilizador – é o argumento do Benjamin Constant (1872) – então, é preciso um quarto poder que zele pelo equilíbrio. No caso do império brasileiro, esse poder era exercido pela mesma pessoa que estava à frente do Poder Executivo, ideia que permanece viva como o ideal republicano no pós-regime Vargas. O Exército, em especial, mais do que as Forças Armadas, tinha esse papel porque era a instituição nacional por excelência. Uma instituição que cobria todas as federações, cobria todas as classes sociais e também muito importante. Isso é parte do argumento da época, pois o Exército Brasileiro combateu o nazismo e, portanto, assumiu um certo papel de instituição democrática.

O Brasil teve esse dado histórico e o regime Vargas, dependendo do discurso, teve um papel um pouco equivalente ao campo do nazifascismo. Então, você constrói um pouco o Exército com essa tradição democrática, que é, na verdade, liberal. O problema beira quando o Exército, empoderado com esse discurso que atribui a ele um poder natural, dá o golpe de 1964, junto com civis, de certa forma atendendo a civis. Mas, diferentemente de outros golpes – porque houve vários durante a República de 1946 a 1964 –, ele pega o poder para si próprio, para frustração de gente como Carlos Lacerda, que achou que, finalmente, ia se transformar no presidente do Brasil. O regime dura 20, 21 anos, o fim depende da cronologia, e a ideia de poder moderador do Exército entra em crise. Mas, voltamos a ter o regime democrático, uma democracia frágil e conflituosa. A imprensa é o ator que, de alguma forma, sobrou para exercer, reivindicar um pouco esse papel. E isso fala mais do que a imprensa, na verdade, as mídias e, mais que as mídias, a televisão, porque a sociedade brasileira naquele momento é centrada na

televisão, na sua lógica comunicacional. E, durante o governo Sarney, a Rede Globo escolhe o ministro Antônio Carlos Magalhães, dono de uma concessionária da Globo na Bahia. Temos, então, uma situação na qual há uma proximidade muito grande e que se repete no governo Fernando Henrique Cardoso. Mauro Porto (2013) descreve como Máilson da Nóbrega soube que seria ministro pela Globo, antes de ser comunicado oficialmente pelo presidente. O presidente comunicou a Globo e a Globo comunicou o ministro. Isso dá conta de um *status* de poder que a mídia tinha naquele momento.

Com a ascensão do PT isso desaparece, temos um processo cumulativo no qual a mídia brasileira vai se frustrando e vai percebendo a sua incapacidade de efetivamente interferir como gostaria nos assuntos de governo. Então, em 2006, temos a famosa frase do Alexandre Garcia, “o povo votou contra a opinião pública”, na reeleição do Lula. Em 2010, temos a frase da Maria Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), de que “a imprensa, hoje, cumpre o papel da oposição, o que os partidos da oposição não são mais capazes de fazer”. Não há nenhum problema que os veículos sejam a favor ou contra. O problema é quando essa atuação começa a assumir um caráter de desestabilização política. Em 2014, personagens como Merval e Noblat vão falar sobre a intervenção militar como argumento último para que o *impeachment* seja garantido. Isso aconteceu, o Google não nos deixa esquecer, o Google nos deixa esquecer muitas coisas, inclusive esconde muitas coisas, mas essa continua lá.

Sobre o governo Bolsonaro, eu sempre disse que era uma vacina em relação ao regime militar, dura quatro anos e temos uma ideia da desgraça que foi o regime militar. Eu nasci em 1967, portanto, vivi bastante tempo durante o regime militar. É algo que você imagina que não vai acabar nunca, quando você está lá dentro e não há nenhuma perspectiva de término. Já o governo Bolsonaro, que temos agora, restam alguns dias para o seu fim. Ao mesmo tempo, tudo aquilo que houve de violência e abusivo do governo Bolsonaro não chega a uma vírgula do que foi o regime militar, mas atingiu de maneira particularmente grande a imprensa. Foi um governo hostil, do ponto de vista da imprensa, e trouxe uma perspectiva para ela, que é muito interessante. São as figuras mais exóticas dizendo que Lula é um democrata e foram as pessoas que disseram o tempo todo que o Lula não era um democrata. E o que imagino? Eu imagino que a imprensa continuará numa postura de oposição ao governo Lula em muitos aspectos, até porque não sendo alguém sujeito à reeleição nesse mandato, o Lula não tem que fazer governo para ser reeleito. Nesse sentido, ele pode fazer um governo mais radical, provavelmente, do que ele faria se tivesse a preocupação de ser reeleito. Claro que isso não significa que não terá que negociar, por exemplo, com o Congresso, um Congresso teoricamente bastante conservador, porém muito mais fisiológico do que conservador.

Depois de Dilma cair, após um processo fraudulento de falta de responsabilidade fiscal, o Supremo aprova o furo no teto constitucional para gastos⁴. O teto está sendo corroído dia a dia em nome da necessidade nacional de salvação criada pela experiência do governo Bolsonaro. Então, eu imagino que para a mídia tradicional, ela vai provavelmente se opor e já está se opondo – vejam o argumento do mercado –, mas existe o fantasma do Bolsonaro e ele vai estabelecer uma trava em relação ao tipo de atitude de antes. É o que eu espero. É aquela história do escorpião que montou nas costas do sapo para se salvar da enchente, no meio ele se afoga porque é sua natureza picar o outro. É possível que essa seja a natureza da imprensa, mas imagino que houve um dado didático na experiência da mídia nos anos recentes.

Sobre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI), cujo projeto foi recentemente contemplado pelo CNPq e é coordenado por você, poderia, inicialmente, descrever o que significa soberania informacional?

Nós vivemos no mundo globalizado, mas que não é globalizado. Ele é um mundo que tem uma certa lógica colonial, a chamada globalização é uma colonização promovida a partir dos Estados Unidos. Colonização econômica que é o neoliberalismo de novo e, na década de 1980, tivemos algo que era novo para nós: a intervenção externa chefiada pelo FMI, que obrigava o Brasil a reestruturar a sua economia se quisesse receber recursos. Isso é a lógica das condicionalidades exercidas pelas agências financeiras institucionais, o Banco Mundial, o FMI, principalmente. O Brasil foi obrigado a privatizar, o que é, nesse sentido, efetivamente uma colonização, porque a soberania nacional exercida a partir do voto sofre no limite externo por uma lógica econômica que é imposta a partir do Consenso de Washington. Chama-se consenso de Washington porque é a capital dos Estados Unidos e onde estão sediados o FMI e o Banco Mundial. Dentro dessa lógica, o mundo todo é obrigado a rever suas práticas econômicas. Uma das experiências coloniais que nós também temos nos anos 1990 é o videoclipe, a MTV, a CNN. Todas elas nos ensinam o mesmo projeto: você tem a imposição de certos parâmetros estéticos, um certo modelo de rock, um certo modelo de videoclipe, um certo modelo, que agora é pop, de representação que vem de fora para cá. A mídia, então, é um agente ativo do processo de colonização, do imaginário, dos gostos, de tudo.

⁴ Ver em: <https://www.camara.leg.br/noticias/930317-ministro-do-stf-decide-que-bolsa-familia-podera-ficar-fora-do-teto-de-gastos/>

Hoje, vivemos num contexto em que essa lógica colonial da globalização estadunidense está sofrendo um revés, e parte desse revés tem a ver com a ascensão de outras potências econômicas. Em termos de poder de paridade de compra, o país mais poderoso economicamente do mundo é a China que, há algum tempo, é o maior parceiro colonial da maior parte dos países do mundo, particularmente do Brasil. E o Brasil é parte ativa desse processo quando se tornou um dos proponentes do BRICS⁵, sigla de países emergentes nos quais é interessante investir – filhos da lógica neoliberal de investimento global –, mas que revertem essa lógica transformando, politizando aquilo que era um rótulo de investimento. E, dentro desse contexto, a questão da soberania adquiriu uma nova importância. Agora nós temos mais países, mais sociedades que estão reivindicando um lugar ao sol e não mais aceitam seguir o comando que vem do centro do Norte, particularmente, dos Estados Unidos. Existe um campo, porém, no qual a soberania encontra um obstáculo imenso para se afirmar, o campo da comunicação e da informação. E aí está o nosso projeto, ele desdobra isso em três níveis: informação científica, troca de informações e plataformas.

E como se caracterizam esses níveis?

Primeiro, a informação científica, aquilo que nós chamamos de ciência, é algo que é produzido e circula por circuitos altamente dominados pelos Estados Unidos, pelo ocidente. As revistas são de acesso fechado, publicadas por editoras comerciais riquíssimas, um negócio fabuloso porque o trabalho que sustenta a revista é basicamente gratuito. As pessoas não ganham para escrever artigos, não ganham para dar pareceres, mas têm que pagar para ter acesso aos artigos, exceto se elas estão em sociedade centrais, porque as universidades garantem esse acesso para os seus. Isso significa que existe uma assimetria de acesso, você sequer consegue ler os artigos que são publicados. Eu não consigo ler os artigos para os quais dou parecer, para o qual meu trabalho contribuiu, esse é o nível. E o controle dessa estrutura permite um controle da verdade. Quanto mais você avança na direção das ciências humanas, maior é o poder de censura que se exerce em relação àquilo que é publicado. A publicação dita de qualidade na área de humanas continua sendo basicamente dominada por Estados Unidos e Europa Ocidental. Isso significa que o mundo, as sociedades do mundo são definidas a partir de um olhar ocidental. Essa experiência, de quem publica no exterior, nos obriga a traduzir a nossa sociedade para as expectativas do ocidente. Significa adotar o olhar do outro sobre nossas próprias sociedades. Isso tem impactos muito

⁵ Os países que integram o BRICS são: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

concretos do ponto de vista da vida cotidiana, porque a forma como nós definimos idealmente a nossa sociedade é a partir de um lado externo. Portanto, os agentes externos são agentes que são superiores aos agentes internos para definir o que é nosso. Hoje em dia até menos, mas, de vez em quando, aparece a figura do brasilianista. Nos anos 1980, isso era muito típico. Felizmente, diminuiu, um bom sinal do ponto de vista da soberania. O brasilianista é um pesquisador, geralmente estrangeiro, sediado numa universidade estrangeira que tem o papel de definir o que é o Brasil. Isso foi durante muito tempo alegremente aceito. Hoje em dia menos, acho que por conta da maturidade. Dentro dessa lógica, fortalecer a universidade e os circuitos universitários brasileiros é um instrumento que permite que nós produzamos saber soberano sobre nossa própria sociedade.

O segundo nível é o nível da troca de informações, propriamente o nível das mídias. Novamente, temos uma estrutura profundamente centrada no Ocidente. Isso não é aleatório, foi sistematicamente construído desde a época do telégrafo. O telégrafo é um instrumento que permitiu a concentração do poder de definir o que o mundo é na mão de poucos países. No século XIX, três países dominavam o telégrafo no mundo: Reino Unido, França e Alemanha, cada um com o monopólio de uma área específica. Os Estados Unidos dominavam o telégrafo em seu país, numa outra parte do mundo, e o Brasil estava nas mãos da agência Havas, que é a agência francesa. Por isso, o jornalismo brasileiro é muito afrancesado, nossa visão de mundo era uma visão centrada. Isso vem desde o século XIX, e a tecnologia do telégrafo continua do ponto de vista das agências internacionais. Vemos que o jornalismo brasileiro era muito colonizado e, aliás, está saindo um artigo meu na Revista Lumina sobre o que é decolonizar o jornalismo brasileiro, quer dizer, onde eu menciono o quanto os anos 1990 foram para brasileiros uma experiência de colonização via Estados Unidos. Um dos exemplos é o Paulo Francis, que sempre falava “aqui em Nova York não se fala em outra coisa”. Todo dia nós tínhamos uma pessoa que contava como Nova York era o centro do mundo. Isso não foi só no Brasil, acontece o tempo todo. Nós temos a CNN, é uma emissora que constrói o modelo de jornalismo global, típico daquela época. Hoje isso está mudando, mas ainda existe como tendência. Nós temos, por exemplo, Al Jazeera, que foi um choque a existência de um canal que de alguma forma compete com a CNN, mas a partir de um olhar que é centrado no mundo árabe, onde aconteceu a Copa, inclusive. Um olhar que vai ser diferente de alguma forma, não estruturalmente. Mas temos o desafio de construir perspectivas diferentes, dado que, geracionalmente, estamos acostumados a identificar o centro do mundo como sendo os Estados Unidos.

O terceiro nível é o das plataformas, onde essa lógica de colonização acontece de formas sutis ou, às vezes, nem tão sutis. Temos, por exemplo, mecanismos de censura que acontecem na lógica das

plataformas e são surpreendentes. Há poucos dias, a Angela Merkel disse que o acordo feito entre Rússia e Ucrânia em 2014, por conta do conflito de Donbass, era para dar tempo a Ucrânia de se rearmar. Portanto, não era para ser levado a sério. Vocês não vão achar isso no Google, sumiu, desapareceu. Ela disse isso para os dois principais veículos da Alemanha, e isso sumiu. O controle das plataformas dá o poder de fazer sumir coisas. Outro exemplo é a Wikipedia, fala-se pouco, mas ela é fortemente politizada na sua cobertura. Há um mecanismo de construção da verdade, já que supostamente aquele é um espaço “neutro” de informações checadas e veiculadas. Eu diria que hoje, se nós pensarmos em termos de poder econômico, o BRICS compete em pé de igualdade, ganha fácil da União Europeia por conta da China, mas compete com o Ocidente, particularmente se considerarmos o BRICS+ do qual, por exemplo, Argentina, Egito, Arábia Saudita e Irã fazem parte. É um grupo crescente, mas do ponto de vista do controle da informação, esse ideal de soberania permanece limitado. São três níveis que dão conta de algo estratégico do ponto de vista do interesse. Poderia dizer do interesse nacional dos diversos povos.

O que o INCT/DSI pretende fazer? O que objetiva ser?

Basicamente o INCT/DSI se propõe a ser a base de uma rede internacional sediada no Brasil. Por quê? Porque quando pesquisamos o assunto, o controle sobre a informação se baseia em estruturas institucionais e essas estruturas constroem certas universidades como centro do mundo. Eu vou dar um exemplo concreto: a Universidade do Texas. Ela tem mais pareceristas em periódicos internacionais do que a América Latina inteira e tem um centro de América Latina. Isso significa que ela tem o poder de definir a América Latina, para fins de debate internacional, mais do que toda a América Latina junta. A Universidade do Texas tem também, no campo do jornalismo, o *Centro Knight de Jornalismo na América Latina*, que é financiado pela fundação Knight, que era a maior cadeia de jornais médios dos Estados Unidos e que agora mudou seu ramo de atuação para ser indutora de modelo de jornalismo independente.

Nós temos vários no Brasil que foram induzidos pela Fundação Knight. Isso significa que o jornalismo financiado por fundações tende a trazer e naturalizar concepções sobre o que é o jornalismo e quais são as agendas necessárias, como se deve proceder, e são trazidas de fora. Aliás, eu digo isso, inclusive desse meu texto, a reforma do Diário Carioca de 1950 é um marco de colonização do jornalismo brasileiro, porque são jornalistas que foram aprender nos Estados Unidos como parte de um projeto de influenciar o Brasil. O Brasil foi o primeiro exemplo de importação, de naturalização do modelo Estados Unidos,

quatro décadas antes disso se transformar em tendência global. E isso acontece novamente com essas *startups* jornalísticas financiadas de fora. As redes internacionais são a maneira estrutural pela qual o conhecimento circula de lá pra cá e pela qual nós assumimos um papel periférico; não é porque a Universidade de Harvard seja necessariamente melhor. Tem muitas coisas que as universidades estrangeiras são muito ruins e as nossas são muito boas. Algo que recebo – nada como ex-alunos – é o diagnóstico de pessoas que foram estudar fora e constataram que as universidades daqui são melhores em muitos aspectos.

Então, não necessariamente ela é melhor, mas tem mais dinheiro, tem condições de contratar pessoas, bibliotecas, tem vantagens de todos os tipos porque isso é um investimento bilionário. Portanto, mais do que serem boas, elas têm que esvaziar a periferia para serem boas. Elas têm um capital de extrair aquilo que é bom, porque o sistema mostra que, para ter visibilidade internacional, você tem que estar nessas instituições. Não é 100% verdadeiro, mas é 90 e tantos por cento verdade. Logo, para se tornar alguém relevante, você tem que ir para essas instituições, uma profecia autorrealizável. Você transforma essas instituições em instituições melhores, mas não há nada *a priori* que as transforme em instituições melhores. E eu diria que, no contexto de um mundo multipolar, essas instituições não sabem pensar multipolaridade.

Nós temos uma vantagem imensa sobre essas instituições. A ideia do INCT é a de que, num mundo multipolar, é preciso que haja multipolaridade nos centros de produção de conhecimento. Não é dizer “nós vamos ser o centro do Sul”, isso é bobagem. O Sul tem vários centros, você pode ter um centro no Brasil, um centro na Argentina, ou vários centros no Brasil, na Argentina, na Nigéria, na Índia. Porque isso traz riqueza nas perspectivas, é preciso quebrar o sistema unipolar de produção, de conhecimento, esse é um aspecto.

Embora não tenha objetivo em ser o centro no Sul, é como se abrisse caminho para o surgimento de outros centros?

Exatamente! O Brasil dispõe de uma posição muito estratégica, a América Latina de maneira geral, mas o Brasil é metade da população da América do Sul. A questão é quase gravitacional, tem muita gente, significa que é muito visível e, além disso, é o “B” do BRICS. É um país que dispõe de uma identidade geopolítica que vai além da América Latina, porque o Brasil assume um lugar de fala africana, de certa

forma. Tem contato com a Europa, via Península Ibérica. É um país que tem muita visibilidade internacional, visibilidade como um país que veicula perspectivas do resto do mundo. É um lugar no qual, eu diria, é relativamente fácil montar um dos centros do Sul, porque traz essa visibilidade. E é muito interessante porque pesquisadores dos Estados Unidos e da Europa têm muito interesse no Brasil. Para quem está numa universidade, a exemplo da Inglaterra, ter contato com o Brasil agrega valor. Não só com o Brasil, mas ter contato com países estrangeiros de maneira geral. E quanto mais organizado for esse país estrangeiro, mais valor agrega, é um pouco pegar a dinâmica que, de alguma forma concentrou o poder, entender como esse poder acadêmico se concentra, para desconcentrar o poder, assumir parte desse lugar de maneira diferente. Então, é um grupo que inclui pesquisadores de quase todas as regiões do Brasil. Nós estamos situados em diversos lugares do Brasil, com diversas especialidades.

A ideia, embora a sede oficial seja a UFF [Universidade Federal Fluminense], é mais ser rede do que ser um sistema solar. Quanto mais os diversos polos se desenvolverem, mais a rede é vigorosa, e quanto mais capilarizado for o poder, mais o poder é real e menos ficcional. O nosso INCT também inclui pesquisadores de instituições externas. Faz parte como colaborador estrangeiro o presidente da ICA [International Communication Association], Silvio Waisbord, e a vice-presidente da IAMCR [International Association for Media and Communication Research], e também professora da UFF, Andrea Medrado.

É uma rede muito poderosa nesse sentido. Temos contato com as duas maiores organizações internacionais, associações no campo da comunicação. Nós temos pesquisadores de muitas instituições europeias, dos Estados Unidos, da Índia, da África do Sul, da América Latina. A ideia não é construir um polo oposto, que nega a produção de conhecimento ocidental, mas que integra a produção de conhecimento ocidental a partir de uma lógica diferente, a questão da multipolaridade. Esse é um dos grandes desafios da decolonização: não é ignorar as antigas potências coloniais, é simplesmente redistribuir os recursos a partir de uma lógica diferente da lógica de concentração. É uma lógica de distribuição, ao invés de uma lógica de concentração. O mundo acadêmico hoje cria essa possibilidade, até tem muita discussão do desocidentalizar, decolonizar, embora, na prática, isso tenda a ficar no campo do discurso porque a base estrutural disso não é mexida. Eu acho que o INCT vai permitir isso.

E, para finalizar, quais são os principais benefícios deste INCT?

Um dos grandes benefícios, talvez, seja a possibilidade de institucionalizar a área da pesquisa no Brasil, via uma inserção soberana no cenário acadêmico internacional. Esta questão da inserção soberana é importante porque existem três coisas que podem acontecer na relação com a pesquisa internacional. A primeira delas é simplesmente se inserir no debate internacional, aceitando a lógica que é imposta de fora. Isso acontece muito. Eu diria que isso aconteceu com a Europa. Ao olhar a pesquisa europeia, os autores europeus que se leem no campo da comunicação – Adorno, eles eram filósofos, eles tinham autonomia. E, ao olhar pesquisa em comunicação hoje, ela é uma pesquisa técnica, quantitativista, geralmente empiricista, mais até que nos Estados Unidos. Os europeus aprenderam a fazer pesquisa empírica melhor que os Estados Unidos. Ao olhar as revistas internacionais, hoje, têm mais europeu do que estadunidense. E a pesquisa é melhor, na verdade. Mas, por outro lado, ela não é europeia. De alguma forma, os europeus aceitaram um *ethos* que foi imposto, isso aconteceu com a mídia também. O segundo problema, acho que caracteriza a pesquisa brasileira hoje, é virar as costas. Você não vira totalmente porque, no fim das contas, os autores que lemos também são autores de fora. Temos, inclusive, a distinção entre teoria e pensamento – e não é só na comunicação –, teoria é estrangeira e pensamento é brasileiro. Teoria da comunicação e pensamento comunicacional, teoria econômica e pensamento econômico, teoria sociológica e pensamento sociológico, o que é altamente colonizado.

E você pode dizer: “eu fico com o pensamento, que é o que eu posso fazer”. E tem o conhecimento que, de alguma forma, é autônomo. Isso não é ruim de todo. Isso nos permitiu ser mais autônomos em relação à pesquisa estrangeira, a exemplo da Europa, em muitos aspectos. Por outro lado, nós não somos internacionalmente relevantes. Quando entramos no campo internacional, entramos desarmados. O poder de definir o que é o Brasil no Brasil é exercido por brasileiros em muitos aspectos, mas lá fora é exercido por estrangeiros que escrevem sobre o estrangeiro. A inserção soberana no campo internacional é a capacidade de publicar, ser lido, ser citado externamente a partir de perspectivas internas.

Isso é um projeto, não é uma questão que derive de um benefício, de uma ação individual. É preciso massa crítica para que isso aconteça. No campo do jornalismo, se você olhar as produções externas, cada vez mais encontrará brasileiros. O brasileiro citando brasileiros e brasileiros dando pareceres para textos de brasileiros em revistas estrangeiras. Isso vai levar que as perspectivas que circulam sobre o Brasil sejam cada vez mais definidas por brasileiros. Pelo menos que os brasileiros sejam parte, nesse campo terão influência sobre aquilo que vai ser dito. Não serão apenas elementos passivos dessa equação. A

rede é um instrumento para produzir isso. A ideia é dar visibilidade. Mais do que um projeto de pesquisa, é uma plataforma de lançamento para projetos de pesquisa, de incentivo. Uma ideia é ter uma revista internacional sediada no Brasil. Ao falar sobre ideias fora do Brasil, as pessoas são menos céticas, talvez, do que os brasileiros em relação à possibilidade disso dar certo, porque é mais ou menos evidente que o Brasil é um país que tem liderança internacional. Quando falam em liderança, não é liderança sobre os outros, mas é visibilidade, alteridade. Talvez seja o maior benefício, quando você se deixa, você assume um lugar de autoridade. Geralmente é bastante confortável para as outras pessoas aceitarem essa autoridade. É como se pessoas de outros países esperassem que existam pessoas que tenham perspectivas antagônicas as deles. Não há problema nenhum nisso, o campo da pesquisa é o campo que se constrói de maneira via debate, e há uma diferença entre antagonismo metodológico, nesse sentido, e antagonismo pessoal, não é algo contra. Não é uma iniciativa que se oponha às redes existentes. É uma iniciativa que se opõe a que as redes existentes sejam únicas, acho que esse é o grande benefício.

Referências

ALBUQUERQUE, A. *A Modernização Autoritária do Jornalismo no Brasil (1950-2020)*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

CONSTANT, B. *Cours de Politique Constitutionnelle*. Paris: Librairie Guillaumin, 1872.

FENAJ-OBJETHOS. *Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação*. Florianópolis: UFSC, 2022.

OLIVEIRA, T. M.; GONÇALVES, R. A.; LIMA, R. K. *Ciência em conflitos: Negacionismo, desinformação e crise democrática*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2022.

OXFORD. *Word of the Year 2016*. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>.

PORTO, M. *Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability*. New York: Routledge, 2013.

Sobre o(a) autor(a)

Marcela Barba é doutoranda em comunicação pelo PPGCOM-UFF e integrante do Laboratório de Mídia e Democracia (LAMIDE). E-mail: marcelabarba@id.uff.br.

Fernando Egert é doutorando em comunicação pelo PPGCOM-UFF e integrante do Laboratório de Mídia e Democracia (LAMIDE). E-mail: fernandoegert@id.uff.br.

Data de submissão: 01/02/2023

Data de aprovação: 09/03/2023